

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

Diário de Aparecida

Saída de Vissotto foi à francesa

O Popular

Operação apura desvios de pelo menos R$ 10,4 mi

Agência Cora de Notícias

Gestora do Mineirão manifesta interesse na revitalização do Complexo Serra Dourada

Uma das dez maiores construtoras do país manifesta interesse no Complexo Serra Dourada

Altair Tavares Online

Gestora do Mineirão manifesta interesse na revitalização do Complexo Serra Dourada

Diário de Aparecida

Leilão definirá concessionária para o Estádio Serra Dourada e áreas adjacentes

FTN Brasil

Ex-presidente da Goinfra é preso em operação contra corrupção de R$ 27 milhões para reforma de prédios públicos em Goiás

Goiânia Urgente

Governo de Goiás Avança com Leilão para Renovação do Complexo Serra Dourada e Áreas Adjuntas

Jornal do Vale

Uma das dez maiores construtoras do país manifesta interesse no Complexo Serra Dourada

Jornal Opção

Justiça mantém prisão de Vissoto e outros quatro presos na Operação Obra Simulada

O Opinando

Gestora do Mineirão manifesta interesse na revitalização do Complexo Serra Dourada

Portal do Alan

Gestora do Mineirão manifesta interesse na revitalização do Complexo Serra Dourada

.....

Blog Alan Ribeiro

Gestora do Mineirão manifesta interesse na revitalização do Complexo Serra Dourada

.....

Saída de Vissotto foi à francesa

Lucas Vissotto, que foi preso ontem no âmbito da Operação "Obra Simulada", ficou pouco tempo no comando da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra). Ele foi exonerado do cargo em abril de 2024, após a suspeita de sobrepreço em um contrato de R$ 62,5 milhões. Vissotto disse, à época, que sua saída era "a pedido".

O fato determinante da saída de Vissotto foi um contrato entre a agência e uma empresa que comercializa adueles, estruturas pré-fabricadas de concreto armado, que seriam usadas no Programa 'Goiás em Movimento Eixo Pontes'.

A suspeita de sobre-preço e de outras irregularidades no processo licitatório fez com que o Tribunal de Contas do Estado (TEC) decidisse pela suspensão do contrato, além de pedido de esclarecimentos, o que culminou na saída de Vissotto do cargo.

Dias antes, seis auxiliares do primeiro e segundo escalões da Goinfra tinham sido exonerados, após a suspensão de um outro contrato, de R$ 28 milhões, que estava sob investigação da Controladoria Geral do Estado (CGE), também por suspeitas de super-faturamento.

A prisão de Vissotto tem relação com a investigação sobre o contrato de R$ 28 milhões firmado para a reforma e manutenção de 26 prédios públicos de Goiás.

As obras seriam tocadas por uma empresa do Distrito Federal que teria recebido diversos pagamentos irregulares antecipados, sem que as obras ou serviços tivessem sido realizados.

As informações da Polícia Civil são de que os prejuízos causados aos cofres públicos estão na casa de R$ 10 milhões, sem considerar as despesas que o Estado terá para reconstruir as estruturas que foram demolidas.

D A Política

www.diariodeaparecida.com.br
facebook/jornaldiariodeaparecida
instagram/jornaldiariodeaparecida

APARECIDA DE GOIÂNIA, QUARTA-FEIRA, 29 DE JANEIRO DE 2025

3

CERCO FECHADO

Operação "Obra Simulada", na Goinfra, é desdobramento de investigação iniciada pelo governo

As irregularidades já tinham sido identificadas e comunicadas às autoridades policiais por órgãos de controle do Estado

Da Redação
jornalismo@diariodeaparecida.com

Divulgação



Ex-presidente da Goinfra, Lucas Vissotto está na lista dos que foram presos no âmbito da Operação "Obra Simulada"

Após investigações iniciadas pelos órgãos de controle do governo de Goiás, a Polícia Civil, por meio da Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Deccor), deflagrou ontem (28) a Operação "Obra Simulada". Relatórios técnicos da Controladoria-Geral do Estado (CGE) e da Secretaria Estadual de Infraestrutura (Seinfra) identificaram irregularidades em um contrato firmado entre a Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) e uma empresa sediada no Distrito Federal.

As irregularidades chegaram ao conhecimento das autoridades policiais por meio de relatórios técnicos e inspeções realizadas pelos órgãos de controle e do compliance do governo de Goiás. A iniciativa é uma praxe na gestão do governador Ronaldo Caiado, que não tolera qualquer desvio. O contrato que motivou a investigação envolvia a reforma e manutenção de 26 prédios públicos do governo de Goiás, com valor estimado em R$ 28 milhões.

As apurações apontaram um prejuízo de mais de R$ 10 milhões aos cofres públicos, com indícios de pagamentos antecipados indevidos, superfaturamento e demolições indevidas para justificar notas fiscais fraudulentas. A Operação Obra Simulada cumpriu 114 mandados judiciais, incluindo 15 de prisão temporária, 24 de busca e apreensão, além de bloqueios de bens e quebras de sigilo bancário, fiscal e telemático.

Entre os alvos da operação está Lucas Vissotto, ex-presidente da Goinfra, exonerado em abril de 2024 pelo governador Ronaldo Caiado. Ele e outros investigados poderão responder por crimes como associação criminosa, corrupção ativa e passiva, peculato, lavagem de dinheiro e fraudes. As ações são realizadas em Goiânia, Anápolis e no Distrito Federal.

Transparência

Em nota oficial, o governo de Goiás enfatizou que a operação só foi possível graças ao trabalho de seus próprios órgãos de controle. "A gestão estadual mantém tolerância zero com desvios de conduta no uso do dinheiro público e continuará colaborando para que os fatos sejam rigorosamente apurados e os responsáveis, devidamente punidos", destaca o comunicado. A gestão do governador Ronaldo Caiado reafirmou ainda que "não 'passa pano' para ninguém e não há possibilidade de segunda chance".

Saída de Vissotto foi à francesa

Lucas Vissotto, que foi preso ontem no âmbito da Operação "Obra Simulada", ficou pouco tempo no comando da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra). Ele foi exonerado do cargo em abril de 2024, após a suspeita de sobrepreço em um contrato de R$ 62,5 milhões. Vissotto disse, à época, que sua saída era "a pedido".

O fato determinante da saída de Vissotto foi um contrato entre a agência e uma empresa que comercializa adueles, estruturas pré-fabricadas de concreto armado, que seriam usadas no Programa 'Goiás em Movimento Eixo Pontes'.

A suspeita de sobrepreço e de outras irregularidades no processo licitatório fez com que o Tribunal de Contas do Estado (TEC) decidisse pela suspensão do contrato, além de pedido de esclarecimentos, o que culminou na saída de Vissotto do cargo.

Dias antes, seis auxiliares do primeiro e segundo escalões da Goinfra tinham sido exonerados, após a suspensão de um outro contrato, de R$ 28 milhões, que estava sob investigação da Controladoria Geral do Estado (CGE), também por suspeitas de superfaturamento.

A prisão de Vissotto tem relação com a investigação sobre o contrato de R$ 28 milhões firmado para a reforma e manutenção de 26 prédios públicos de Goiás.

As obras seriam tocadas por uma empresa do Distrito Federal que teria recebido diversos pagamentos irregulares antecipados, sem que as obras ou serviços tivessem sido realizados.

As informações da Polícia Civil são de que os prejuízos causados aos cofres públicos estão na casa de R$ 10 milhões, sem considerar as despesas que o Estado terá para reconstruir as estruturas que foram demolidas.

NOTA OFICIAL DO GOVERNO

"Conforme divulgado pela PCGO, as suspeitas de irregularidades foram levantadas pelo próprio governo de Goiás, por meio de seus sistemas internos de controle, e devidamente comunicadas às autoridades policiais para as providências necessárias.

A gestão estadual tem como premissa tolerância zero com qualquer eventual desvio de conduta no trato do dinheiro público.

O governo de Goiás colaborou e seguirá colaborando ativamente com as investigações, de forma que os fatos sejam devidamente apurados e, uma vez comprovadas as irregularidades, todos os envolvidos sejam punidos com rigor."

DIÁRIO DE APARECIDA
O jornal da Região Metropolitana
• PUBLICIDADE LEGAL • EDITAIS
• LICENÇA AMBIENTAL • BALANÇOS
• ATAS • OUTROS
Tiragem diária 30.000
Acesso no site 540.000 por mês
www.diariodeaparecida.com.br
@jornaldiariodeaparecida
ANUNCIE CONOSCO
Comercial: (62) 3413-8806

Operação apura desvios de pelo menos R$ 10,4 mi

Serviços de manutenção e obras em prédios públicos, incluindo a própria sede da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), estruturas militares, e os Palácios das Esmeraldas e Pedro Ludovico Teixeira, estão no foco das investigações da Operação Obra Simulada, deflagrada nesta terça-feira (28) pela Polícia Civil de Goiás, com suspeitas de desvios de pelo menos R$ 10,4 milhões em contrato assinado pela Goinfra em 2023.0 ex-presidente Lucas Vissotto e cinco ex-servidores do órgão foram alvos de prisão temporária, além dos donos da empresa Prime Construções, de Brasília (DF), e pessoas ligadas a eles, em total de 15 mandados.

Outras medidas cautelares, como quebras de sigilo fiscal, bancário e telefônico, e busca e apreensão, foram cumpridas contra um total de 32 investigados, incluindo 10 empresas que teriam ligação com a Prime. A polícia, por meio da Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Deccor), apura suspeitas de peculato (desvio praticado por servidor público), corrupção passiva e ativa, fraude em contrato administrativo, associação criminosa e lavagem de dinheiro. Dos 15 mandados de prisão, 8 foram cumpridos (veja quadro).

As investigações na Goinfra foram reveladas pelo POPULAR em abril do ano passado, quando seis servidores da agência foram exonerados pelo governador Ronaldo Caiado (UB) a parti r de apurações da Controladoria-Geral do Estado (CGE) e da Secretaria de Infraestrutura, à qual a Goinfra é jurisdiciona-da. Na ocasião, o contrato foi rescindido e houve anúncio de abertura de processos administrativos contra a empresa e ex-servidores. Duas semanas depois, Vissotto deixou a presidência. Na mesma ocasião, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) determinou a suspensão de licitação para aquisição de adue-las (estruturas de concreto) para pontes, por suspeita de sobre-preço de R$ 62 milhões, em processo que também está no inquérito da polícia.

O contrato com a Prime teve valor total de quase R$ 28 milhões para "manutenção e conservação predial, de natureza preventiva e corretiva, com fornecimento de materiais e mão de obra, nas instalações da Goinfra". Foi assinado em junho de 2023, por R$ 22,3 milhões, por adesão à ata - carona em licitação feita por outro órgão - do Comando do Exército/ Ministério da Defesa. Em março de 2024, houve um aditivo com acréscimo de itens e aumento do valor em mais R$5,58 milhões.

Segundo o inquérito, a Prime recebeu RS 14,5 milhões, mas executou serviços que somariam apenas R$ 4,06 milhões, apontados em vistorias técnicas. As inspeções apontam suspeitas de superfaturamento, pagamentos antecipados por serviços não realizados e outras irregularidades na execução do contrato. Segundo o inquérito, em alguns casos, houve demolição da unidade predial apenas para justificar a emissão de nota fiscal e os pagamentos.

A Deccor informou ainda que a Goinfra não poderia ter feito adesão à ata do Exército por conta de um parecer da

Advocacia Geral da União (AGU) contrário à contratação por órgãos não participantes da licitação, devido às especificidades do objeto li-citatório. Ainda de acordo com o inquérito, a Prime ampliou os serviços para além de manutenção, executando obras nas unidades e ganhando aditivo, o que também seria irregular.

Questionado sobre os nove meses de intervalo entre o início das investigações e a operação desta terça-feira, o delegado responsável pelo inquérito, Danilo Victor, afirmou que houve mais vistorias técnicas em serviços executados pela Prime e análise de provas para que, então, fossem solicitadas as medidas cautelares. Segundo ele, ao todo foram analisadas 26 unidades prediais, sendo 14 postos policiais rodoviários, 9 aeródromos, os 2 palácios e a sede da Goinfra.

A decisão judicial que autorizou as medidas cautelares cita vistorias em 22 prédios. Entre os casos com maior discrepância de valores, estão os serviços de manutenção na própria sede da Goinfra, no Conjunto Caiçara, em Goiânia. Segundo o inquérito, a Prime recebeu R$ 3,38 milhões por trabalhos no prédio do órgão, mas executou o equivalente a RS 1.9 milhão.

Para manutenção no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, sede administrativa do governo goiano, na Praça Cívica, o inquérito aponta que a Prime emitiu nota uma semana depois da ordem de serviço e recebeu pagamento duas semanas mais tarde no valor de quase todo o serviço. Foi pago RS 1,13 milhão de total de R$1,42 milhão.

Já na reforma de instalações do Comando de Policiamento Rodoviário da Polícia Militar de Goiás, em Goiânia, foram apontadas falhas construtivas e pagamentos indevidos. A empresa recebeu R$ 1,8 milhão, mas a vistoria apontou execução equivalente a R$542,7 mil.

Lucos Vissotto: investigação aponto 'pleno conhecimento do esquema

O inquérito também indica que, no caso de serviços em postos policiais de Luziânia e São João D'Aliança, a execução do contrato foi nula, mas houve pagamentos.

A atual gestão da Goinfra, presidida por Pedro Sales, afirma que, com o rescisão do contrato e as inspeções, os serviços foram paralisados, mas a intenção é retomá-los por meio de novas contratações.

SERVIDORES

Dos seis servidores que foram exonerados no ano passado, apenas uma não foi alvo de pedido de prisão, mas de outras medidas cautelares: a ex-chefe de Gabinete da presidência da Goinfra Polyana Rosseti Oliveira Rosa. O marido dela também é investigado. Entre os demais, quatro foram presos e uma não foi localizada (veja quadro).

O delegado não quis detalhar as provas contra cada ex-auxiliar da Goinfra, mas, ao ser questionado sobre o envolvimento do ex-presidente, disse que a investigação aponta "pleno conhecimento do que estava acontecendo" e que é "estranho" que Vissotto tenha assinado a adesão à ata com parecer contrário da AGU.

No inquérito, o delegado aponta quatro ex-servidores como "principais envolvidos na execução do contrato": Thiago Carim Bucker, Vitor Angrisani Berquô Ramalhão, Gabriel Tertuliano e Thayana Torres Avelar Nasser da Veiga. Ele cita que Bucker e Tertuliano, que são servidores de carreira de órgãos do governo federal e que atuaram no Dnit, "tiveram

influência significativa no andamento do contrato com a Prime".

O inquérito destaca que Vissotto também é servidor efetivo do Dnit. "As investigações revelaram que muitos desses agentes já se conheciam do Dnit, o que pode ter facilitado a tramitação e aprovação de processos irregulares. Além disso, foram levantadas suspeitas sobre movimentações financeiras de alguns desses servidores, como aquisições de veículos e outros bens de valores consideráveis logo após os primeiros pagamentos à Prime, oque levanta a hipótese de enriquecimento ilícito", diz o dociumento, sem mais detalhes sobre a apuração de bens.

Sobre os processos administrativos de responsabilização contra a Prime e por transgressões disciplinares contra os ex-servidores anunciados no ano passado pela Goinfra, o órgão informou que o Parf ainda está em andamento e que apenas um dos ex-diretores, Thiago Bucker, é alvo de procedimento de apuração, que será encaminhado, após conclusão, ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, em que ele é servidor efetivo.

O Parf, instaurado em abril do ano passado, tinha prazo de 180 dias, podendo ser prorrogado por igual período.

MANIFESTAÇÕES

Em nota, o governo de Goiás afirmou que tem como premissa tolerância zero com qualquer desvio de conduta no trato do dinheiro público e que não "passa pano* para ninguém". Destacou que as suspeitas de irregularidades foram levantadas pela própria gestão "por meio de seus sistemas internos de controle e devidamente comunicadas às autoridades policiais para as providências necessárias", e que *seguirá colaborando ativamente com as investigações, de forma que os fatos sejam devidamente apurados e, uma vez comprovadas as irregularidades, todos os envolvidos sejam punidos com rigor ".

Responsável pela defesa do empresário Marcus Emmanoel Chaves Vieira e da Prime Construções, o advogado Alexandre Lourenço disse que aguarda autorização para ter acesso pleno aos documentos da investigação e que acredita no Poder Judiciário a fim de se garantir o direito à ampla defesa e ao contraditório.

O POPULAR não conseguiu informações sobre a defesa dos outros presos. O processo que autorizou as medidas cautelares está sob sigilo e não estão disponíveis os nomes dos advogados dos investigados.

Wildes Barbosa



Lucas Vissotto: investigação aponta "pleno conhecimento" do esquema

Wildes Barbosa



Posto policial na GO-020, em Senador Canedo: intervenção para justificar emissão de nota fiscal e pagamento

Servidor preso foi cedido para ser secretário em cidade do Entorno

Fabiana Pulcineli
fabiana.pulcineli@opopular.com.br

Preso nesta terça-feira (28) na Operação Obra Simulada, da Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Deccor), o ex-diretor de Manutenção e servidor de carreira da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) Adriano Mendes Ribeiro havia sido cedido à Prefeitura de Santo Antônio do Descoberto (Entorno do Distrito Federal) para ser secretário de Infraestrutura, Obras e Serviços Público na gestão da nova prefeita, Jessica do Premium (UB), mulher do deputado estadual André do Premium (Avante). O ato de cessão do governo estadual havia sido publicado no Diário Oficial do Estado na noite de segunda-feira (27), véspera da operação.

Ao POPULAR, o deputado disse que, diante das investigações, a gestão municipal definirá um outro nome para a secretaria. Adriano já havia comparecido algumas vezes à pasta, mas aguardava a cessão oficial para tomar posse. O parlamentar afirmou que conheceu o servidor por meio do presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, Bruno Peixoto (UB), que tem grupo político conjunto com a direção do Avante. "Fiz amizade com ele, e me ajudou demais, assim como o Lucas Vissotto (ex-presidente da Goinfra, também preso na operação), a levar benefícios para a minha cidade. Mandou máquinas, obras, tudo dentro da lei", afirma.

André do Premium disse ainda que há uma determinação da gestão municipal em ocupar pastas importantes, como Infraestrutura e Saúde, com nomes técnicos, daí a escolha por Adriano. "Ele é engenheiro, experiente, servidor de carreira, sabe mexer com asfalto. Queríamos alguém para entregar resultados." Questionado sobre o fato de Adriano ter sido exonerado no ano passado da Diretoria de Manutenção, já por conta das investigações do contrato com a Prime Construções, o deputado disse que tinha questionado no meio político o andamento das apurações e que ninguém havia apontado nada.

"Agora fica ruim para nós e vamos buscar outro nome na mesma linha. Antes quem estava na secretaria era vereador licenciado, era indicação política. Agora mudou. Vamos construir outra opção. Mas eu acho que ele é um menino bom, que não tem relação com isso (investigações de desvios)", afirmou o deputado.

Antes de ser cedido ao município, Adriano estava lotado na Diretoria Geral da Polícia Penal. O presidente da Goinfra, Pedro Sales, informou que havia assinado termo de cooperação técnica com a DGPP para ceder servidores responsáveis por acompanhar e orientar a pasta sobre obras do sistema penitenciário. Sales disse ainda que o órgão não chegou a abrir processo administrativo disciplinar (PAD) contra Adriano porque não houve identificação de qualquer participação dele no contrato com a Prime Construções. "A exoneração ocorreu de forma preventiva porque a gerência de Aeródromos estava dentro da Diretoria de Manutenção. Depois não identificamos nenhum ato praticado por ele na contratação e execução dos serviços. Toda a engrenagem contratual estava na Diretoria de Gestão Integrada. Agora, com os desdobramentos das investigações da Polícia Civil, faremos nova análise sobre o possível envolvimento e se caberá PAD", disse.

> *"Ele (Adriano Mendes Ribeiro) é engenheiro, experiente, servidor de carreira, sabe mexer com asfalto. Queríamos alguém para entregar resultados"*
>
> **André do Premium (Avante), deputado estadual, sobre a indicação para a secretaria em Santo Antônio do Descoberto**

APARECIDA

Um outro secretário municipal, de Aparecida de Goiânia, também foi alvo de quebras de sigilos telefônico, bancário e fiscal na Operação Obra Simulada. A decisão judicial que autorizou as medidas cita apenas que o coronel da Polícia Militar Marco Aurélio Godinho, ex-comandante do Comando de Policiamento Rodoviário, "é mencionado como alguém que forneceu suporte operacional nas atividades sob suspeita".

Godinho foi recém-nomeado secretário de Segurança Pública na gestão do prefeito Leandro Vilela (MDB). O prefeito afirmou que as investigações não são relacionadas a Aparecida de Goiânia e que "cada um deve arcar com as consequências dos seus atos", se houver alguma comprovação de irregularidade por parte do auxiliar.

Coronel Godinho afirmou que não tem conhecimento da decisão judicial e que apenas abriu os postos policiais para reformas. "Como comandante, eu unicamente solicitei as reformas e abri os postos para os serviços. Estou surpreso porque não fizemos fiscalização, medição nem acompanhamento de nada. Nem tive acesso a valores e pagamentos. São unidades militares que receberam serviços de contrato da Goinfra, sem qualquer participação nossa", afirmou, completando que está à disposição da Deccor e da Justiça para colaborar se solicitado. Ele também afirmou desconhecer irregularidades na execução do contrato.

O inquérito também indica que, no caso de serviços em postos policiais de Luziânia e São João D'Aliança, a execução do contrato foi nula, mas houve pagamentos.

A atual gestão da Goinfra, presidida por Pedro Sales, afirma que, com o rescisão do contrato e as inspeções, os serviços foram paralisados, mas a intenção é retomá-los por meio de novas contratações.

SERVIDORES

Dos seis servidores que foram exonerados no ano passado, apenas uma não foi alvo de pedido de prisão, mas de outras medidas cautelares: a ex-chefe de Gabinete da presidência da Goinfra Polyana Rosseti Oliveira Rosa. O marido dela também é investigado. Entre os demais, quatro foram presos e uma não foi localizada (veja quadro).

O delegado não quis detalhar as provas contra cada ex-auxiliar da Goinfra, mas, ao ser questionado sobre o envolvimento do ex-presidente, disse que a investigação aponta "pleno conhecimento do que estava acontecendo" e que é "estranho" que Vissotto tenha assinado a adesão à ata com parecer contrário da AGU.

No inquérito, o delegado aponta quatro ex-servidores como "principais envolvidos na execução do contrato": Thiago Carim Bucker, Vitor Angrisani Berquó Ramalhão, Gabriel Tertuliano e Thayana Torres Avelar Nasser da Veiga. Ele cita que Bucker e Tertuliano, que são servidores de carreira de órgãos do governo federal e que atuaram no Dnit, "tiveram influência significativa no andamento do contrato com a Prime".

O inquérito destaca que Vissotto também é servidor efetivo do Dnit. "As investigações revelaram que muitos desses agentes já se conheciam do Dnit, o que pode ter facilitado a tramitação e aprovação de processos irregulares. Além disso, foram levantadas suspeitas sobre movimentações financeiras de alguns desses servidores, como aquisições de veículos e outros bens de valores consideráveis logo após os primeiros pagamentos à Prime, o que levanta a hipótese de enriquecimento ilícito", diz o documento, sem mais detalhes sobre a apuração de bens.

Sobre os processos administrativos de responsabilização contra a Prime e por transgressões disciplinares contra os ex-servidores anunciados no ano passado pela Goinfra, o órgão informou que o Parf ainda está em andamento e que apenas um dos ex-diretores, Thiago Bucker, é alvo de procedimento de apuração, que será encaminhado, após conclusão, ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, em que ele é servidor efetivo.

O Parf, instaurado em abril do ano passado, tinha prazo de 180 dias, podendo ser prorrogado por igual período.

MANIFESTAÇÕES

Em nota, o governo de Goiás afirmou que "tem como premissa tolerância zero com qualquer desvio de conduta no trato do dinheiro público e que não 'passa pano' para ninguém". Destacou que as suspeitas de irregularidades foram levantadas pela própria gestão "por meio de seus sistemas internos de controle e devidamente comunicadas às autoridades policiais para as providências necessárias", e que "seguirá colaborando ativamente com as investigações, de forma que os fatos sejam devidamente apurados e, uma vez comprovadas as irregularidades, todos os envolvidos sejam punidos com rigor".

Responsável pela defesa do empresário Marcus Emmanoel Chaves Vieira e da Prime Construções, o advogado Alexandre Lourenço disse que aguarda autorização para ter acesso pleno aos documentos da investigação e que acredita no Poder Judiciário a fim de se garantir o direito à ampla defesa e ao contraditório.

O POPULAR não conseguiu informações sobre a defesa dos outros presos. O processo que autorizou as medidas cautelares está sob sigilo e não estão disponíveis os nomes dos advogados dos investigados.

Operação apura desvios de pelo menos R$ 10,4 mi

Serviços de manutenção e obras em prédios públicos, incluindo a própria sede da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), estruturas militares, e os Palácios das Esmeraldas e Pedro Ludovico Teixeira, estão no foco das investigações da Operação Obra Simulada, deflagrada nesta terça-feira (28) pela Polícia Civil de Goiás, com suspeitas de desvios de pelo menos RS 10,4 milhões em contrato assinado pela Goinfra em 2023.0 ex-presidente Lucas Vissotto e cinco ex-servidores do órgão foram alvos de prisão temporária, além dos donos da empresa Prime Construções, de Brasília (DF), e pessoas ligadas a eles, em total de 15 mandados.

Outras medidas cautelares, como quebras de sigilo fiscal, bancário e telefônico, e busca e apreensão, foram cumpridas contra um total de 32 investigados, incluindo 10 empresas que teriam ligação com a Prime. A polícia, por meio da Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Deccor), apura suspeitas de peculato (desvio praticado por servidor público), corrupção passiva e ativa, fraude em contrato administrativo, associação criminosa e lavagem de dinheiro. Dos 15 mandados de prisão, 8 foram cumpridos (veja quadro).

As investigações na Goinfra foram reveladas pelo POPULAR em abril do ano passado, quando seis servidores da agência foram exonerados pelo governador Ronaldo Caiado (UB) a parti r de apurações da Controladoria Geral do Estado (CGE) e da Secretaria de Infraestrutura, à qual a Goinfra é jurisdiciona-da. Na ocasião, o contrato foi rescindido e houve anúncio de abertura de processos administrativos contra a empresa e ex-servidores. Duas semanas depois, Vissotto deixou a presidência. Na mesma ocasião, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) determinou a suspensão de licitação para aquisição de adue -las (estruturas de concreto) para pontes, por suspeita de sobre-preço de R$ 62 milhões, em processo que também está no inquérito da polícia.

O contrato com a Prime teve valor total de quase R$ 28 milhões para "manutenção e conservação predial, de natureza preventiva e corretiva, com fornecimento de materiais e mão de obra, nas instalações da Goinfra". Foi assinado em junho de 2023, por R$ 22,3 milhões, por adesão à ata - carona em licitação feita por outro órgão - do Comando do Exército/ Ministério da Defesa. Em março de 2024, houve um aditivo com acréscimo de itens e aumento do valor em mais R$ 5,58 milhões.

Segundo o inquérito, a Prime

recebeu RS 14,5 milhões, mas executou serviços que somariam apenas R$ 4,06 milhões, apontados em vistorias técnicas. As inspeções apontam suspeitas de superfaturamento, pagamentos antecipados por serviços não realizados e outras irregularidades na execução do contrato. Segundo o inquérito, em alguns casos, houve demolição da unidade predial apenas para justificar a emissão de nota fiscal e os pagamentos.

A Deccor informou ainda que a Goinfra não podería ter feito adesão à ata do Exército por conta de um parecer da Advocacia Geral da União (AGU) contrário à contratação por órgãos não participantes da licitação, devido às especificidades do objeto licitatório. Ainda de acordo com o inquérito, a Prime ampliou os serviços para além de manutenção, executando obras nas unidades e ganhando aditivo, o que também seria irregular.

Questionado sobre os nove meses de intervalo entre o início das investigações e a operação desta terça-feira, o delegado responsável pelo inquérito, Danilo Victor, afirmou que houve mais vistorias técnicas em serviços executados pela Prime e análise de provas para que, então, fossem solicitadas as medidas cautelares. Segundo ele, ao todo foram analisadas 26 unidades prediais, sendo 14 postos policiais rodoviários, 9 aeródromos, os 2 palácios e a sede da Goinfra.

A decisão judicial que autorizou as medidas cautelares cita vistorias em 22 prédios. Entre os casos com maior discrepância de valores, estão os serviços de manutenção na própria sede da Goinfra, no Conjunto Caiçara, em Goiânia. Segundo o inquérito, a Prime recebeu R$ 3,38 milhões por trabalhos no prédio do órgão, mas executou o equivalente a R$1,9 milhão.

Para manutenção no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, sede administrativa do governo goiano, na Praça Cívica, o inquérito aponta que a Prime emitiu nota uma semana depois da ordem de serviço e recebeu pagamento duas semanas mais tarde no valor de quase todo o serviço. Foi pago R$ 1,13 milhão de total de R$1,42 milhão.

Já na reforma de instalações do Comando de Policiamento Rodoviário da Polícia Militar de Goiás, em Goiânia, foram apontadas falhas construtivas e pagamentos indevidos. A empresa recebeu R$ 1,8 milhão, mas a vistoria apontou execução equivalente a R$542,7 mil.

Operação apura desvios de pelo menos R$ 10,4 mi

OBRA SIMULADA Investigação da Polícia Civil em contrato assinado pela Goinfra em 2023 avalia serviços e obras, inclusive no Palácio das Esmeraldas; ex-presidente foi alvo de prisão temporária

Fabiana Pulcineli
fabiana.pulcineli@opopular.com.br

Serviços de manutenção e obras em prédios públicos, incluindo a própria sede da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), estruturas militares, e os Palácios das Esmeraldas e Pedro Ludovico Teixeira, estão no foco das investigações da Operação Obra Simulada, deflagrada nesta terça-feira (28) pela Polícia Civil de Goiás, com suspeitas de desvios de pelo menos R$ 10,4 milhões em contrato assinado pela Goinfra em 2023. O ex-presidente Lucas Vissotto e cinco ex-servidores do órgão foram alvos de prisão temporária, além dos donos da empresa Prime Construções, de Brasília (DF), e pessoas ligadas a eles, em total de 15 mandados.

Outras medidas cautelares, como quebras de sigilo fiscal, bancário e telefônico, e busca e apreensão, foram cumpridas contra um total de 32 investigados, incluindo 10 empresas que teriam ligação com a Prime. A polícia, por meio da Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Deccor), apura suspeitas de peculato (desvio praticado por servidor público), corrupção passiva e ativa, fraude em contrato administrativo, associação criminosa e lavagem de dinheiro. Dos 15 mandados de prisão, 8 foram cumpridos (*veja quadro*).

As investigações na Goinfra foram reveladas pelo POPULAR em abril do ano passado, quando seis servidores da agência foram exonerados pelo governador Ronaldo Caiado (UB) a partir de apurações da Controladoria Geral do Estado (CGE) e da Secretaria de Infraestrutura, à qual a Goinfra é jurisdicionada. Na ocasião, o contrato foi rescindido e houve anúncio de abertura de processos administrativos contra a empresa e ex-servidores. Duas semanas depois, Vissotto deixou a presidência. Na mesma ocasião, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) determinou a suspensão de licitação para aquisição de aduelas (estruturas de concreto) para pontes, por suspeita de sobrepreço de R$ 62 milhões, em processo que também está no inquérito da polícia.

O contrato com a Prime teve valor total de quase R$ 28 milhões para "manutenção e conservação predial, de natureza preventiva e corretiva, com fornecimento de materiais e mão de obra, nas instalações da Goinfra". Foi assinado em junho de 2023, por R$ 22,3 milhões, por adesão à ata - carona em licitação feita por outro órgão - do Comando do Exército/ Ministério da Defesa. Em março de 2024, houve um aditivo com acréscimo de itens e aumento do valor em mais R$ 5,58 milhões.

Segundo o inquérito, a Prime recebeu R$ 14,5 milhões, mas executou serviços que somariam apenas R$ 4,06 milhões, apontados em vistorias técnicas. As inspeções apontam suspeitas de superfaturamento, pagamentos antecipados por serviços não realizados e outras irregularidades na execução do contrato. Segundo o inquérito, em alguns casos, houve demolição da unidade predial apenas para justificar a emissão de nota fiscal e os pagamentos.

A Deccor informou ainda que a Goinfra não poderia ter feito adesão à ata do Exército por conta de um parecer da Advocacia Geral da União (AGU) contrário à contratação por órgãos não participantes da licitação, devido às especificidades do objeto licitatório. Ainda de acordo com o inquérito, a Prime ampliou os serviços para além de manutenção, executando obras nas unidades e ganhando aditivo, o que também seria irregular.

Questionado sobre os nove meses de intervalo entre o início das investigações e a operação desta terça-feira, o delegado responsável pelo inquérito, Danilo Victor, afirmou que houve mais vistorias técnicas em serviços executados pela Prime e análise de provas para que, então, fossem solicitadas as medidas cautelares. Segundo ele, ao todo foram analisadas 26 unidades prediais, sendo 14 postos policiais rodoviários, 9 aeródromos, os 2 palácios e a sede da Goinfra.

A decisão judicial que autorizou as medidas cautelares cita vistorias em 22 prédios. Entre os casos com maior discrepância de valores, estão os serviços de manutenção na própria sede da Goinfra, no Conjunto Caiçara, em Goiânia. Segundo o inquérito, a Prime recebeu R$ 3,38 milhões por trabalhos no prédio do órgão, mas executou o equivalente a R$ 1,9 milhão.

Para manutenção no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, sede administrativa do governo goiano, na Praça Cívica, o inquérito aponta que a Prime emitiu nota uma semana depois da ordem de serviço e recebeu pagamento duas semanas mais tarde no valor de quase todo o serviço. Foi pago R$ 1,13 milhão de total de R$ 1,42 milhão.

Já na reforma de instalações do Comando de Policiamento Rodoviário da Polícia Militar de Goiás, em Goiânia, foram apontadas falhas construtivas e pagamentos indevidos. A empresa recebeu R$ 1,8 milhão, mas a vistoria apontou execução equivalente a R$ 542,7 mil.

Operação Obra Simulada

Veja quem são os alvos de pedido de prisão temporária

1 José Francisco Alves Pereira
Não localizado
Sócio administrador das empresas Prime Construções e Total 10 Agenciamentos Esportivos, apontado como "testa de ferro" no inquérito da Polícia Civil

2 Marcus Emmanoel Chaves Vieira
Não localizado
"Sócio oculto" da Prime Construções e, segundo a polícia, proprietário de fato da empresa. Ainda segundo o inquérito, tem participação societária em várias empresas do grupo econômico investigado

3 Luiz Romildo de Mello
Preso
Contador das empresas Prime Construções e Total 10 Agenciamentos Esportivos, e sócio administrador da empresa Construtora Morada da Serra Ltda. De acordo com o inquérito, é suspeito de auxiliar Marcus Emmanoel e José Francisco em esquema de lavagem de dinheiro

4 Francisco Roni da Rosa
Não localizado
Apontado como amigo e sócio de Marcus Emmanoel em várias empresas do grupo econômico.

5 Cíntia Maria Ataides Vieira
Presa
Esposa de Marcus Emmanoel e suspeita de auxiliá-lo na prática de lavagem de dinheiro, de acordo com o inquérito.

6 Rosana Crisóstomo Ribeiro
Não localizada
Ex-esposa de Marcus Emmanoel, funcionária da Prime e "envolvida no grupo econômico investigado", conforme a polícia.

7 Weslley Crisóstomo Nogueira da Silva
Não localizado
Filho de Rosana Crisóstomo, "envolvido no grupo econômico investigado". Apontado como sócio da empresa Vertical SPE Prime Hotel Residence Ltda, que tem como sócios Francisco Roni da Rosa e Vertical Engenharia Civil Ltda (de Marcus Emmanoel)

8 Marcus Emmanoel Chaves Vieira Júnior
Não localizado
Filho de Marcus Emmanoel e Rosana Crisóstomo, também apontado como "envolvido no grupo econômico investigado". É sócio da empresa Prime Mall Residence Incorporação SPE-Ltda.

9 Francisco Roni da Rosa Júnior
Preso
Filho de Francisco Roni da Rosa e também sócio de Marcus Emmanoel na empresa Prime Mall Residence Incorporação SPE-Ltda.

10 Lucas Alberto Vissotto Júnior
Preso
Ex-Presidente da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), servidor de carreira do Dnit.

11 Adriano Mendes Ribeiro
Preso
Ex-diretor de Manutenção da Goinfra, é servidor efetivo (gestor de infraestrutura) do órgão, estava atuando na Diretoria Geral da Polícia Penal e havia sido cedido no mesmo dia da operação à Prefeitura de Santo Antônio do Descoberto.

12 Thiago Carim Bucker
Preso
Ex-diretor de Gestão Integrada da Goinfra, é servidor (analista de infraestrutura) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

13 Gabriel Tertuliano
Preso
Ex-gerente de Aeródromos da Goinfra, é engenheiro civil da Infraero.

14 Vitor Angrisani Berquó Ramalhão
Preso
Ex-gerente de Apoio Administrativo e Logístico da Goinfra e gestor do contrato com a Prime Construções.

15 Thayanna Torres Avelar Nasser da Veiga
Não localizada
Ex-líder de Área na Gerência de Apoio Administrativo e Logístico da Goinfra, era fiscal do contrato com a Prime Construções.

Gestora do Mineirão manifesta interesse na revitalização do Complexo Serra Dourada

A menos de uma semana para a realização do leilão que definirá qual empresa terá, por 35 anos, a concessão do Estádio Serra Dourada e de áreas adjacentes - como o Parque da Criança e o Ginásio Valério Luiz de Oliveira, o Goiânia Arena -, a construtora Construcap, uma das dez maiores do país, manifestou interesse em reformar e gerir o complexo esportivo.

Foram entregues, nesta terça-feira (28/01), os envelopes com a documentação necessária para participar do processo licitatório e também com o valor do lance - este segundo envelope só será aberto no dia 4 de fevereiro, em sessão pública na sede da Bolsa de Valores B3, em São Paulo (SP).

A vencedora terá que realizar investimentos mínimos da ordem de R$ 215 milhões na revitalização do espaço poliesportivo. Será demandado pela seleção que a concessionária tenha experiência na gestão de equipamentos semelhantes de arena e lazer.

Complexo Serra Dourada

O Governo de Goiás pretende transformar o Estádio Serra Dourada em um espaço multiuso, apto a sediar jogos, atividades esportivas, eventos de lazer e feiras de negócios. O local também deve abrigar um centro gastronômico e oferecer diversos serviços à população.

A empresa vencedora do certame assumirá a gestão do complexo no segundo semestre de 2025, ano em que o estádio completa 50 anos - ele foi construído pelo ex-governador Leonino Caiado.

Leilão

O governador Ronaldo Caiado e o vice-governador Daniel Vilela participarão presencialmente da sessão na Bolsa de Valores. Daniel comanda o Grupo de Trabalho (GT) instituído pelo governo estadual para a formatação do projeto de modernização do estádio.

Também integram o GT representantes da Goiás Parcerias, da Procuradoria-Geral do Estado e das Secretarias Geral de Governo (SGG), de Administração (Sead) e de Esportes e Lazer (SEEL).

Além de tratar das mudanças no Serra Dourada, esse grupo esteve à frente de um roadshow - um misto de exposição e reunião de negócios - e de reuniões importantes com órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas do

Estado (TCE).

"Em breve, teremos o estádio em pleno funcionamento, apto a receber eventos internacionais, levando o nome de Goiás ao mundo inteiro", pontuou o vice-governador.

Saiba mais

Uma das dez maiores construtoras do país manifesta interesse no Complexo Serra Dourada

A menos de uma semana para a realização do leilão que definirá qual empresa terá, por 35 anos, a concessão do Estádio Serra Dourada e de áreas adjacentes - como o Parque da Criança e o Ginásio Valério Luiz de Oliveira, o Goiânia Arena -, uma das dez maiores construtoras do país manifestou interesse em reformar e gerir o complexo esportivo.

Foram entregues, nesta terça-feira (28/01), os envelopes com a documentação necessária para participar do processo licitatório e também com o valor do lance - este segundo envelope só será aberto no dia 4 de fevereiro, em sessão pública na sede da Bolsa de Valores B3, em São Paulo (SP).

A vencedora terá que realizar investimentos mínimos da ordem de R$ 215 milhões na revitalização do espaço poliesportivo. Será demandado pela seleção que a concessionária tenha experiência na gestão de equipamentos semelhantes de arena e lazer.

Complexo Serra Dourada

O Governo de Goiás pretende transformar o Estádio Serra Dourada em um espaço multiuso, apto a sediar jogos, atividades esportivas, eventos de lazer e feiras de negócios. O local também deve abrigar um centro gastronômico e oferecer diversos serviços à população.

A empresa vencedora do certame assumirá a gestão do complexo no segundo semestre de 2025, ano em que o estádio completa 50 anos - ele foi construído pelo ex-governador Leonino Caiado.

Leilão

O governador Ronaldo Caiado e o vice-governador Daniel Vilela participarão presencialmente da sessão na Bolsa de Valores. Daniel comanda o Grupo de Trabalho (GT) instituído pelo governo estadual para a formatação do projeto de modernização do estádio.

Também integram o GT representantes da Goiás Parcerias, da Procuradoria-Geral do Estado e das Secretarias Geral de Governo (SGG), de Administração (Sead) e de Esportes e Lazer (SEEL).

Além de tratar das mudanças no Serra Dourada, esse grupo esteve à frente de um roadshow - um misto de exposição e reunião de negócios - e de reuniões importantes com órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas do

Estado (TCE).

"Em breve, teremos o estádio em pleno funcionamento, apto a receber eventos internacionais, levando o nome de Goiás ao mundo inteiro", pontuou o vice-governador.

Saiba mais

Gestora do Mineirão manifesta interesse na revitalização do Complexo Serra Dourada

Empresa que apresentou proposta para participar do leilão também é a responsável pela administração do Parque Ibirapuera. Concessão do complexo esportivo por 35 anos será definida no dia 4 de fevereiro, com a presença do governador Ronaldo Caiado e do vice-governador Daniel Vilela

A menos de uma semana para a realização do leilão que definirá qual empresa terá, por 35 anos, a concessão do Estádio Serra Dourada e de áreas adjacentes - como o Parque da Criança e o Ginásio Valério Luiz de Oliveira, o "Goiânia Arena" -, a construtora, uma das dez maiores do país, manifestou interesse em reformar e gerir o complexo esportivo.

Foram entregues, nesta terça-feira (28/1), os envelopes com a documentação necessária para participar do processo licitatório e também com o valor do lance - este segundo envelope só será aberto no dia 4 de fevereiro, em sessão pública na sede da Bolsa de Valores B3, em São Paulo (SP). A vencedora terá que realizar investimentos mínimos da ordem de R$ 215 milhões na revitalização do espaço poliesportivo. Será demandado pela seleção que a concessionária tenha experiência na gestão de equipamentos semelhantes de arena e lazer.

O Governo de Goiás pretende transformar o Estádio Serra Dourada em um espaço multiuso, apto a sediar jogos, atividades esportivas, eventos de lazer e feiras de negócios. O local também deve abrigar um centro gastronômico e oferecer diversos serviços à população. A empresa vencedora do certame assumirá a gestão do complexo no segundo semestre de 2025, ano em que o estádio completa 50 anos - ele foi construído pelo ex-governador Leonino Caiado, primo do governador Ronaldo Caiado.

Leilão

O governador Ronaldo Caiado e o vice-governador Daniel Vilela participarão presencialmente da sessão na Bolsa de Valores. Daniel comanda o Grupo de Trabalho (GT) instituído pelo Governo Estadual para a formatação do projeto de modernização do estádio. Também integram o GT representantes da Goiás Parcerias, da Procuradoria-Geral do Estado e das Secretarias Geral de Governo (SGG), de Administração (Sead) e de Esportes e Lazer (SEEL).

Leia Também

Além de tratar das mudanças no Serra Dourada, esse grupo esteve à frente de um "roadshow" - um misto de exposição e reunião de negócios - e de reuniões importantes com órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas do Estado (TCE). "Em breve, teremos o estádio em pleno funcionamento, apto a receber eventos internacionais, levando o

nome de Goiás ao mundo inteiro", pontuou o vice-governador.

Foto: Secom

Leilão definirá concessionária para o Estádio Serra Dourada e áreas adjacentes

A menos de uma semana para a realização do leilão que definirá qual empresa terá, por 35 anos, a concessão do Estádio Serra Dourada e de áreas adjacentes - como o Parque da Criança e o Ginásio Valério Luiz de Oliveira, o "Goiânia Arena" -, a construtora, uma das dez maiores do país, manifestou interesse em reformar e gerir o complexo esportivo.

Foram entregues, nesta terça-feira (28/1), os envelopes com a documentação necessária para participar do processo licitatório e também com o valor do lance - este segundo envelope só será aberto no dia 4 de fevereiro, em sessão pública na sede da Bolsa de Valores B3, em São Paulo (SP). A vencedora terá que realizar investimentos mínimos da ordem de R$ 215 milhões na revitalização do espaço poliesportivo. Será demandado pela seleção que a concessionária tenha experiência na gestão de equipamentos semelhantes de arena e lazer.

O Governo de Goiás pretende transformar o Estádio Serra Dourada em um espaço multiuso, apto a sediar jogos, atividades esportivas, eventos de lazer e feiras de negócios. O local também deve abrigar um centro gastronômico e oferecer diversos serviços à população. A empresa vencedora do certame assumirá a gestão do complexo no segundo semestre de 2025, ano em que o estádio completa 50 anos - ele foi construído pelo ex-governador Leonino Caiado, primo do governador Ronaldo Caiado.

Leilão

O governador Ronaldo Caiado e o vice-governador Daniel Vilela participarão presencialmente da sessão na Bolsa de Valores. Daniel comanda o Grupo de Trabalho (GT) instituído pelo Governo Estadual para a formatação do projeto de modernização do estádio. Também integram o GT representantes da Goiás Parcerias, da Procuradoria-Geral do Estado e das Secretarias Geral de Governo (SGG), de Administração (Sead) e de Esportes e Lazer (SEEL).

Além de tratar das mudanças no Serra Dourada, esse grupo esteve à frente de um "roadshow" - um misto de exposição e reunião de negócios - e de reuniões importantes com órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas do Estado (TCE). "Em breve, teremos o estádio em pleno funcionamento, apto a receber eventos internacionais, levando o nome de Goiás ao mundo inteiro", pontuou o vice-governador.

Leia a nossa edição impressa. Para receber as notícias do Diário de Aparecida em primeira mão entre em um dos nossos grupos de WhatsApp

Ex-presidente da Goinfra é preso em operação contra corrupção de R$ 27 milhões para reforma de prédios públicos em Goiás

Na manhã de terça-feira (28), Lucas Vissotto, ex-presidente da Agência Goiana de Infraestrutura e Transporte (Goinfra), foi preso durante a operação "Obra Simulada", realizada pela Polícia Civil de Goiás. A operação investiga irregularidades relacionadas a um contrato firmado pela Goinfra com uma empresa privada do Distrito Federal, no valor de R$ 27,8 milhões, para a reforma de prédios públicos em Goiás.

Ao todo estão sendo cumpridos 144 mandados em Goiânia, Anápolis e no Distrito Federal, e inclui gestores, fiscais do contrato e empresários entre os investigados, sendo 32 mandados de afastamento de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático; 26 mandados de bloqueio de bens e valores; 7 mandados de proibição de frequência a locais específicos, incluindo a sede da Goinfra; 10 mandados de proibição de contratar com o poder público, direcionados às empresas envolvidas; 24 mandados de busca e apreensão; 15 mandados de prisão temporária.

Acesse nosso canal de notícias no WhatsApp pelo link: FTN BRASIL

De acordo com informações da PC, o contrato entre a Goinfra e a empresa envolvida na investigação previa serviços de reforma e manutenção em 26 prédios públicos, incluindo postos da Polícia Rodoviária Militar Estadual e instalações no Palácio Pedro Ludovico Teixeira. No entanto, durante a execução, o acordo foi alterado para incluir obras de construção predial.

A investigação policial revelou que houve pagamentos antecipados indevidos, superfaturamento e demolições injustificadas, que foram utilizados para justificar notas fiscais fraudulentas.

O advogado da empresa envolvida, Alexandre Lourenço, emitiu uma nota informando que aguarda o acesso aos documentos da investigação e espera que seja garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

As irregularidades no contrato foram descobertas por meio de relatórios técnicos e inspeções realizadas pela Gerência de Inspeções da Secretaria Estadual de Infraestrutura (Seinfra), pela Controladoria Geral do Estado (CGE) e pela Gerência Estratégica da Polícia Civil na Seinfra. A investigação aponta que os suspeitos podem responder por crimes como associação criminosa, corrupção ativa e passiva, peculato, lavagem de dinheiro e fraudes.

Contrato bloqueado pelo TCE-GO

Ainda de acordo com a Polícia Civil, no ano passado, a Goinfra também tinha planejado um contrato no valor de R$

271,8 milhões, que seria gerido pelos mesmos investigados da empresa envolvida no caso atual. No entanto, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) identificou irregularidades e bloqueou o contrato em abril de 2024.

Neste contrato, a análise técnica realizada pelo TCE revelou a existência de um sobrepreço de R$ 62,5 milhões, ou seja, o valor contratado estava inflado sem justificativa adequada. Esse contrato agora também está sendo investigado como parte das apurações em andamento.

A investigação aponta a suspeita de que ocorria um esquema planejado dentro da Goinfra para transferir processos de contratação de uma diretoria para outra, de forma intencional e irregular, violando leis ou regulamentos.

"O objetivo dessa manobra, seria favorecer determinadas empresas contratadas e os agentes públicos envolvidos. Essa prática pode ter permitido contratos ou pagamentos indevidos, beneficiando diretamente os suspeitos", afirma a Polícia Civil.

A investigação também apontou fortes indícios de lavagem de dinheiro. O dinheiro obtido por meio de pagamentos irregulares à empresa contratada estava sendo desviado para outras empresas no Distrito Federal, todas com vínculos com familiares e amigos do "sócio oculto" da contratada.

De acordo com a Polícia Civil, a empresa contratada pela Goinfra já havia sido investigada em Tocantins, onde foram identificadas fraudes em contratos, incluindo superfaturamento e inexecução de obras. Além disso, a empresa enfrenta processos no Distrito Federal relacionados a problemas comerciais e à "Desconsideração da Personalidade Jurídica", o que reforça sua inidoneidade para firmar contratos com o poder público.

Nota do Governo de Goiás

Em relação à Operação Obra Simulada, deflagrada pela Polícia Civil de Goiás (PCGO) nesta terça-feira (28), o Governo de Goiás esclarece que:

Conforme divulgado pela PCGO, as suspeitas de irregularidades foram levantadas pelo próprio Governo de Goiás, por meio de seus sistemas internos de controle, e devidamente comunicadas às autoridades policiais para as providências necessárias. A atual gestão estadual tem como premissa tolerância zero com qualquer desvio de conduta no trato do dinheiro público. A gestão não 'passa pano' para ninguém e não há possibilidade de segunda chance.

O Governo de Goiás colaborou e seguirá colaborando ativamente com as investigações, de forma que os fatos sejam devidamente apurados e, uma vez comprovadas as irregularidades, todos os envolvidos sejam punidos com rigor.

Governo de Goiás Avança com Leilão para Renovação do Complexo Serra Dourada e Áreas Adjuntas

Menos de uma semana para o leilão decisivo, a construtora de grande porte manifesta interesse em revitalizar e administrar o estádio, a Arena Goiânia e o Parque da Criança, com investimentos de R$ 215 milhões. Leilão para concessão do Complexo Serra Dourada está marcado para o próximo dia 4 de fevereiro (Foto: Secom)

Faltando menos de uma semana para o tão aguardado leilão que definirá a empresa responsável pela concessão do Estádio Serra Dourada e das áreas adjacentes, como a Arena Goiânia e o Parque da Criança, um dos maiores grupos de construção do país, especializados em projetos de grande porte , confirmou seu interesse em participar do processo licitatório. O leilão, que ocorrerá na próxima terça-feira, 4 de fevereiro, na Bolsa de Valores B3, em São Paulo, pode transformar o complexo esportivo goiano em um centro multiuso de classe internacional.

Na terça-feira, 28 de janeiro, foram entregues os envelopes contendo a documentação necessária para o leilão, incluindo as lanças de propostas. Os envelopes com as ofertas financeiras serão abertos na sessão pública marcada para o início do mês de fevereiro. A vencedora do certo assumirá a responsabilidade por uma revitalização completa do Estádio Serra Dourada e áreas adjacentes, com investimentos mínimos estipulados em R$ 215 milhões.

Objetivo: Modernizar o legado esportivo de Goiás

O objetivo do Governo de Goiás com a modernização do Estádio Serra Dourada é não apenas restaurar a estrutura física, mas também transformar o local em um centro multiuso, para sediar eventos esportivos de alto nível, como jogos de futebol e competições internacionais, além de ser um polo de lazer, cultura e negócios. A inclusão de um centro gastronômico, feiras de negócios e a revitalização da Goiânia Arena são partes essenciais deste projeto ambicioso.

A expedição escolhida terá como missão a criação de um espaço inovador e acessível, que atenda à população e promova o Estado de Goiás para o cenário global. O projeto inclui a modernização do próprio estádio, que foi inaugurado em 1975, e que celebrará seu 50º aniversário no ano de 2025, um marco importante na história esportiva do estado.

Grupo de Trabalho impulsionando a transformação

O leilão é coordenado por um Grupo de Trabalho (GT) que conta com a presença de representantes do Governo de Goiás, incluindo o governador Ronaldo Caiado e o vice-governador Daniel Vilela, que também é o responsável por liderar o GT. A equipe está engajada na coordenação de todas as etapas do processo, com apoio técnico e jurídico das

Secretarias de Estado de Administração (Sead), de Esportes e Lazer (SEEL), além da Procuradoria-Geral do Estado e da Goiás Parcerias.

O GT também foi fundamental na promoção de um roadshow, um evento de exposição e reuniões de negócios, além da organização de encontros com o Tribunal de Contas do Estado (TCE) para garantir que o projeto atenda a todos os requisitos legais e de transparência.

Um novo marco para Goiás

Segundo o vice-governador Daniel Vilela, a revitalização do Estádio Serra Dourada é uma das prioridades do Governo de Goiás, e a conclusão do processo de licitação deverá propor o estádio para um novo patamar. "Em breve, teremos o estádio em pleno funcionamento, apto a receber eventos internacionais, levando o nome de Goiás ao mundo inteiro", afirmou Vilela, destacando a relevância da iniciativa para o desenvolvimento do turismo e da economia do estado.

Além da recuperação da Serra Dourada, a concessão abrange também a administração de espaços como o Parque da Criança e o Ginásio Valério Luiz de Oliveira, consolidando ainda mais a proposta de criar um polo de esporte, lazer e negócios no coração de Goiás.

Essa transformação no Estádio Serra Dourada e seus arredores tem o potencial de se tornar um dos maiores legados esportivos e turísticos do Estado, e o leilão que se aproxima promete marcar o início dessa renovação histórica.

Uma das dez maiores construtoras do país manifesta interesse no Complexo Serra Dourada

A menos de uma semana para a realização do leilão que definirá qual empresa terá, por 35 anos, a concessão do Estádio Serra Dourada e de áreas adjacentes - como o Parque da Criança e o Ginásio Valério Luiz de Oliveira, o Goiânia Arena -, uma das dez maiores construtoras do país manifestou interesse em reformar e gerir o complexo esportivo.

Foram entregues, nesta terça-feira (28/01), os envelopes com a documentação necessária para participar do processo licitatório e também com o valor do lance - este segundo envelope só será aberto no dia 4 de fevereiro, em sessão pública na sede da Bolsa de Valores B3, em São Paulo (SP).

A vencedora terá que realizar investimentos mínimos da ordem de R$ 215 milhões na revitalização do espaço poliesportivo. Será demandado pela seleção que a concessionária tenha experiência na gestão de equipamentos semelhantes de arena e lazer.

Complexo Serra Dourada

O Governo de Goiás pretende transformar o Estádio Serra Dourada em um espaço multiuso, apto a sediar jogos, atividades esportivas, eventos de lazer e feiras de negócios. O local também deve abrigar um centro gastronômico e oferecer diversos serviços à população.

A empresa vencedora do certame assumirá a gestão do complexo no segundo semestre de 2025, ano em que o estádio completa 50 anos - ele foi construído pelo ex-governador Leonino Caiado.

Leilão

O governador Ronaldo Caiado e o vice-governador Daniel Vilela participarão presencialmente da sessão na Bolsa de Valores. Daniel comanda o Grupo de Trabalho (GT) instituído pelo governo estadual para a formatação do projeto de modernização do estádio.

Também integram o GT representantes da Goiás Parcerias, da Procuradoria-Geral do Estado e das Secretarias Geral de Governo (SGG), de Administração (Sead) e de Esportes e Lazer (SEEL).

Além de tratar das mudanças no Serra Dourada, esse grupo esteve à frente de um roadshow - um misto de exposição e reunião de negócios - e de reuniões importantes com órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas do

Estado (TCE).

"Em breve, teremos o estádio em pleno funcionamento, apto a receber eventos internacionais, levando o nome de Goiás ao mundo inteiro", pontuou o vice-governador.

Governo apresenta potenciais do Complexo Serra Dourada para investidores

Fonte: Governo de Goiás

O post Uma das dez maiores construtoras do país manifesta interesse no Complexo Serra Dourada apareceu primeiro em JORNAL DO VALE.

Justiça mantém prisão de Vissoto e outros quatro presos na Operação Obra Simulada

A Justiça manteve a prisão de cinco presos na Operação Obra Simulada, deflagrada pela Polícia Civil na manhã da última terça-feira, 28. A operação faz parte de um inquérito que investiga contratos fraudulentos entre a Agência Goiana de Infraestrutura e Transporte (Goinfra) e uma empresa do Distrito Federal. Foram cumpridos 114 mandados em Goiânia, Anápolis e no Distrito Federal, incluindo a prisão do ex-presidente Lucas Vissoto.

A juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães, da 1ª Vara de Garantias, manteve as prisões temporárias de Lucas Alberto Vissotto Júnior, Thiago Carim Bucker, Gabriel Tertuliano, Vitor Andrisani Berquó e Adriano Mendes Ribeiro após audiência de custódia.

Na decisão, a magistrada afirma que a manutenção das prisões são justificadas pela necessidade de garantir a continuidade das investigações e a obtenção de mais informações sobre a autoria e a materialidade dos delitos em questão. Além disso, a juíza considerou que não havia novos fatos que justificassem a revogação da prisão.

Em nota a defesa de Vissoto considerou a manutenção da prisão "extrema, totalmente descabida, desarrazoada e desproporcional". A defesa ainda informou que vai protocolar um pedido de habeas corpus e ainda ressalta que o ex-presidente da Goinfra sempre se colocou à disposição das autoridades e que permanecerá colaborando.

A defesa de Thiago Carim Bucker informou que discorda da decisão e também classificou como "descabida, desarrazoada e desproporcional". Os advogados também informaram que vão entrar com um pedido de habeas corpus e também ressaltou que Bucker sempre se colocou à disposição das autoridades e que vai continuar colaborando.

Já a defesa de Gabriel Tertuliano afirmou que está analisando e que vai recorrer da decisão e acredita que o cliente será solto logo após ser ouvido pelo delegado responsável pelo caso.

O Jornal Opção tentou contato com a defesa dos demais suspeitos mas não obteve resposta até o fechamento desta matéria. O espaço segue aberto para manifestações.

Investigação

Segundo as investigações, o contrato envolvendo a Goinfra estava previsto para a construção de 14 postos da Polícia Militar Rodoviária Estadual, nove aeródromos, dois pontos dentro do Palácio Pedro Ludovico Teixeira e um dentro da própria Goinfra. No entanto, além das suspeitos de desvio de dinheiro, a agência não poderia realizar as obras.

"O contrato teve início por meio de uma adesão da Goinfra a uma ata de registro de preços do Exército, e nesse procedimento havia um parecer da Advocacia Geral da União (AGU) que proibia órgãos externos de aderirem àquela ata de registro de preços", conta Danilo Victor, titular da Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (DECCOR). "Essa questão será apurada pelas instâncias federais competentes, para verificar como a Goinfra aderiu a essa ata de registro de preços, mesmo com a proibição da própria AGU", acrescenta.

Danilo acrescenta que os pagamentos adiantados eram realizados, mas as obras sequer haviam iniciado e alguns locais chegaram a ser demolidos. "Em várias situações, essa empresa realizava a demolição, inclusive de postos da Polícia Militar Rodoviária, apenas para justificar a emissão de nota fiscal. Isso com a participação de agentes públicos dentro da empresa", explica.

O titular da DECCOR acrescentou que contrato investigado inicialmente era de R$ 5 milhões para "manutenção preventiva e corretiva". No entanto, com o acréscimo de aditivos, o montante passou para R$ 22 milhões e depois para R$ 27 milhões. Fora que o contrato mudou a sua natureza para "obras e serviços de engenharia", o que é irregular.

Conforme o delegado, o funcionamento do esquema ainda está em investigação, mas os agentes já conseguiram localizar a entrada e a saída do dinheiro. Ele explica que a empresa investigada recebia os valores da Goinfra e depois "pulverizava" os montantes, seja por meio de pessoas jurídicas ou empresas do Distrito Federal.

Prejuízo público

De acordo com as investigações, cerca de R$ 10 milhões foram apreendidos durante a operação deflagrada na segunda-feira. No entanto, os investigadores acreditam que o valor pode ser ainda maior. Por isso, a prioridade é recuperar o máximo de dinheiro para reduzir os danos aos cofres públicos.

O delegado ainda ressaltou que o prejuízo também deve abarcar a reconstrução do locais demolidos e que não receberam novas construções.

Próximos passos

Danilo também adiantou que além das atuais investigações, a Polícia Civil analisará outros contratos da Goinfra, incluindo um de R$ 270 milhões, sustado pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO). O delegado destaca que o Tribunal evidenciou um sobrepreço de R$ 62 milhões. "Essa contratação está suspensa, não foi para frente e será alvo também de investigação, obviamente, com a mesma diretoria envolvida", pontua.

A investigação também descobriu que a empresa envolvida no contrato com a Goinfra também teve irregularidades no Tocantins.

Mandados cumpridos em Goiás e no Distrito Federal:

114 ao todo;

15 mandados de prisão temporária (incluindo ex-servidores da Goinfra);

24 mandados de busca e apreensão;

32 mandados de afastamento de sigilos bancário e fiscal;

26 mandados de bloqueio de bens e valores;

7 mandados de proibição de frequência a locais específicos, proibindo o acesso as instalações da Goinfra;

10 mandados de proibição de contratar com o poder público para empresas envolvidas.

Alvos de Mandado de prisão

Além Vissoto, os alvos da Goinfra são Adriano Mendes Ribeiro, Gabriel Tertuliano, Thayana Torres Avelar Nasser da Veiga, Thiago Carim Bucker e Vitor Angrisani Berquó Ramalhão.

Também são alvos de prisão temporária: Cintia Marta Ataides Vieira, Francisco Roni da Rosa, Francisco Roni da Rosa Junior, José Francisco Alves Pereira, Luiz Romildo de Mello, Marcus Emmanoel Chaves Vieira, Marcus Emmanoel Chaves Vieira Junior, Rosana Crisóstomo Ribeiro e Weslley Crisóstomo Nogueira da Silva.

Gestora do Mineirão manifesta interesse na revitalização do Complexo Serra Dourada

A menos de uma semana para a realização do leilão que definirá qual empresa terá, por 35 anos, a concessão do Estádio Serra Dourada e de áreas adjacentes - como o Parque da Criança e o Ginásio Valério Luiz de Oliveira, o "Goiânia Arena" -, a construtora, uma das dez maiores do país, manifestou interesse em reformar e gerir o complexo esportivo.

Foram entregues, nesta terça-feira (28/1), os envelopes com a documentação necessária para participar do processo licitatório e também com o valor do lance - este segundo envelope só será aberto no dia 4 de fevereiro, em sessão pública na sede da Bolsa de Valores B3, em São Paulo (SP). A vencedora terá que realizar investimentos mínimos da ordem de R$ 215 milhões na revitalização do espaço poliesportivo. Será demandado pela seleção que a concessionária tenha experiência na gestão de equipamentos semelhantes de arena e lazer.

O Governo de Goiás pretende transformar o Estádio Serra Dourada em um espaço multiuso, apto a sediar jogos, atividades esportivas, eventos de lazer e feiras de negócios. O local também deve abrigar um centro gastronômico e oferecer diversos serviços à população. A empresa vencedora do certame assumirá a gestão do complexo no segundo semestre de 2025, ano em que o estádio completa 50 anos - ele foi construído pelo ex-governador Leonino Caiado, primo do governador Ronaldo Caiado.

Leilão

O governador Ronaldo Caiado e o vice-governador Daniel Vilela participarão presencialmente da sessão na Bolsa de Valores. Daniel comanda o Grupo de Trabalho (GT) instituído pelo Governo Estadual para a formatação do projeto de modernização do estádio. Também integram o GT representantes da Goiás Parcerias, da Procuradoria-Geral do Estado e das Secretarias Geral de Governo (SGG), de Administração (Sead) e de Esportes e Lazer (SEEL).

Além de tratar das mudanças no Serra Dourada, esse grupo esteve à frente de um "roadshow" - um misto de exposição e reunião de negócios - e de reuniões importantes com órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas do Estado (TCE). "Em breve, teremos o estádio em pleno funcionamento, apto a receber eventos internacionais, levando o nome de Goiás ao mundo inteiro", pontuou o vice-governador.

Com informações da Vice-Governadoria - Governo de Goiás

Gestora do Mineirão manifesta interesse na revitalização do Complexo Serra Dourada

Empresa que apresentou proposta para participar do leilão também é a responsável pela administração do Parque Ibirapuera. Concessão do complexo esportivo por 35 anos será definida no dia 4 de fevereiro, com a presença do governador Ronaldo Caiado e do vice-governador Daniel Vilela

A menos de uma semana para a realização do leilão que definirá qual empresa terá, por 35 anos, a concessão do Estádio Serra Dourada e de áreas adjacentes - como o Parque da Criança e o Ginásio Valério Luiz de Oliveira, o "Goiânia Arena" -, a construtora, uma das dez maiores do país, manifestou interesse em reformar e gerir o complexo esportivo.

Foram entregues, nesta terça-feira (28/1), os envelopes com a documentação necessária para participar do processo licitatório e também com o valor do lance - este segundo envelope só será aberto no dia 4 de fevereiro, em sessão pública na sede da Bolsa de Valores B3, em São Paulo (SP). A vencedora terá que realizar investimentos mínimos da ordem de R$ 215 milhões na revitalização do espaço poliesportivo. Será demandado pela seleção que a concessionária tenha experiência na gestão de equipamentos semelhantes de arena e lazer.

O Governo de Goiás pretende transformar o Estádio Serra Dourada em um espaço multiuso, apto a sediar jogos, atividades esportivas, eventos de lazer e feiras de negócios. O local também deve abrigar um centro gastronômico e oferecer diversos serviços à população. A empresa vencedora do certame assumirá a gestão do complexo no segundo semestre de 2025, ano em que o estádio completa 50 anos - ele foi construído pelo ex-governador Leonino Caiado, primo do governador Ronaldo Caiado.

Leilão

O governador Ronaldo Caiado e o vice-governador Daniel Vilela participarão presencialmente da sessão na Bolsa de Valores. Daniel comanda o Grupo de Trabalho (GT) instituído pelo Governo Estadual para a formatação do projeto de modernização do estádio. Também integram o GT representantes da Goiás Parcerias, da Procuradoria-Geral do Estado e das Secretarias Geral de Governo (SGG), de Administração (Sead) e de Esportes e Lazer (SEEL).

Além de tratar das mudanças no Serra Dourada, esse grupo esteve à frente de um "roadshow" - um misto de exposição e reunião de negócios - e de reuniões importantes com órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas do Estado (TCE). "Em breve, teremos o estádio em pleno funcionamento, apto a receber eventos internacionais, levando o nome de Goiás ao mundo inteiro", pontuou o vice-governador.

Foto: Secom

Vice-Governadoria - Governo de Goiás

Gestora do Mineirão manifesta interesse na revitalização do Complexo Serra Dourada

Empresa que apresentou proposta para participar do leilão também é a responsável pela administração do Parque Ibirapuera. Concessão do complexo esportivo por 35 anos será definida no dia 4 de fevereiro, com a presença do governador Ronaldo Caiado e do vice-governador Daniel Vilela

A menos de uma semana para a realização do leilão que definirá qual empresa terá, por 35 anos, a concessão do Estádio Serra Dourada e de áreas adjacentes - como o Parque da Criança e o Ginásio Valério Luiz de Oliveira, o "Goiânia Arena" -, a construtora, uma das dez maiores do país, manifestou interesse em reformar e gerir o complexo esportivo.

Foram entregues, nesta terça-feira (28/1), os envelopes com a documentação necessária para participar do processo licitatório e também com o valor do lance - este segundo envelope só será aberto no dia 4 de fevereiro, em sessão pública na sede da Bolsa de Valores B3, em São Paulo (SP). A vencedora terá que realizar investimentos mínimos da ordem de R$ 215 milhões na revitalização do espaço poliesportivo. Será demandado pela seleção que a concessionária tenha experiência na gestão de equipamentos semelhantes de arena e lazer.

O Governo de Goiás pretende transformar o Estádio Serra Dourada em um espaço multiuso, apto a sediar jogos, atividades esportivas, eventos de lazer e feiras de negócios. O local também deve abrigar um centro gastronômico e oferecer diversos serviços à população. A empresa vencedora do certame assumirá a gestão do complexo no segundo semestre de 2025, ano em que o estádio completa 50 anos - ele foi construído pelo ex-governador Leonino Caiado, primo do governador Ronaldo Caiado.

Leilão

O governador Ronaldo Caiado e o vice-governador Daniel Vilela participarão presencialmente da sessão na Bolsa de Valores. Daniel comanda o Grupo de Trabalho (GT) instituído pelo Governo Estadual para a formatação do projeto de modernização do estádio. Também integram o GT representantes da Goiás Parcerias, da Procuradoria-Geral do Estado e das Secretarias Geral de Governo (SGG), de Administração (Sead) e de Esportes e Lazer (SEEL).

Além de tratar das mudanças no Serra Dourada, esse grupo esteve à frente de um "roadshow" - um misto de exposição e reunião de negócios - e de reuniões importantes com órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas do Estado (TCE). "Em breve, teremos o estádio em pleno funcionamento, apto a receber eventos internacionais, levando o nome de Goiás ao mundo inteiro", pontuou o vice-governador.

Foto: Secom

Vice-Governadoria - Governo de Goiás

The post Gestora do Mineirão manifesta interesse na revitalização do Complexo Serra Dourada first appeared on Blog do Alan Ribeiro.